



ARMAMENTO E DESARMAMENTO

ASPECTOS POLÍTICO-ECONÔMICOS ATUAIS

Hélio Felgas

Reprodução de matéria publicada na *Revista Militar*, de Portugal (n.º 11, de novembro de 1989).

Enfoca o comércio de armas e os problemas que envolvem o desarmamento, aspiração infelizmente utópica da humanidade.

INTRODUÇÃO

O comércio de armas é como o comércio da droga: aquele que compra fica quase sempre dependente daquele que vende.

E não é nem mais barato, nem menos perigoso nem menos execrando.

Aliás, como se viu em Havana, com o julgamento do General Arnaldo Ochoa, os dois comércios andam por vezes muito ligados. O antigo chefe da missão militar cubana em Angola, de novembro de 1987 a janeiro de 1989, confessou, durante o seu julgamento, que contatara diretamente com o chefe do cartel da droga de Medellín, na Colômbia, Pablo Escobar, e que recebera dinheiro dos san-

dinistas da Nicarágua para comprar armas através de um intermediário no Panamá. Este país era o centro de todos os contatos entre os acusados cubanos e os traficantes de droga. O "escândalo" (como toda a imprensa lhe chamou) incluía a Colômbia, Angola (que pagara a Ochoa cinco milhões de dólares por armamento que não chegou a receber), Estados Unidos, México, Nicarágua, Panamá, Cuba e Venezuela.

Claro que o comércio de armas não atinge sempre a complicação verificada no caso Ochoa. Quando o assunto é tratado entre governos responsáveis, normalmente o comércio de armas segue as regras de qualquer outro comércio. A compli-

cação e o escândalo só costumam aparecer quando se trata de transações ilegais processadas, em geral, com a intervenção de intermediários.

Mesmo assim, há casos em que os próprios governos infringem regras, como aconteceu com a guerra Irã-Iraque, em que quase todos os países produtores venderam armamento aos dois contendores, apesar de os seus governos terem aderido a um convênio que proibia tal venda para países em guerra ou situados em regiões nevrálgicas.

Idêntica infração se dá com alguns países que vendem armas à África do Sul. Desde 1977 que a ONU pediu aos seus membros para não venderem armas àquele país, pedido esse reforçado em 1985. No entanto, nem todos acatam tal pedido, servindo-se de subterfúgios como, por exemplo, efetuarem as vendas não diretamente a Pretória, mas aos governos dos Bantustões, criados no seu território pela própria África do Sul como Estados independentes (que aliás nenhum país ainda reconheceu como tal).

De resto, perante tal restrição, a África do Sul procura armas e tecnologia onde pode, acontecendo por vezes situações rocambolescas como a que o semanário *África* noticiou há pouco: em Paris, a Sureté prendeu quatro homens que negociavam com um sul-africano a venda de peças do míssil britânico "Blowpipe" em troca de armas individuais fabricadas na África do Sul. Verificou-se depois que os presos pertenciam a um grupo terrorista irlandês protestante, rival

do IRA católico. Um deles fora técnico e instrutor de mísseis numa base inglesa de onde as peças tinham sido roubadas.

Um outro caso muito noticiado na imprensa diária foi o da fábrica de armas químicas que o Coronel Kadaffi estaria a construir em Rabta, no Centro da Líbia, e que os norte-americanos pareciam dispostos a bombardear. O presidente líbio disse que era uma fábrica de produtos farmacêuticos e permitiu a visita de observadores guiada por líbios, que só deixaram ver o que entenderam que podia ser visto. Alguns dias depois, constou que algumas firmas alemãs estavam implicadas no projeto de Kadaffi. O governo de Bonn procedeu a um inquérito que confirmou o fato: diversas firmas alemãs tinham vendido peças e materiais destinados à fábrica líbia, mas por intermédio de Hong-Kong. Era afinal um processo comercial normal utilizado, depois de os Estados Unidos terem pressionado os seus aliados ocidentais a não venderem à Líbia certos produtos sofisticados...

Também na Itália se verificou um caso curioso: diversos técnicos da SNIA, sociedade aeroespacial do grupo FIAT, despediram-se da empresa e formaram uma sociedade cujo objetivo era transformar o foguetão civil "Condor", destinado ao lançamento pacífico de sondas meteorológicas e satélites científicos, em um míssil militar capaz de lançar engenhos de meia tonelada, químicos e nucleares, até 850 quilômetros de

distância. Já havia pretendentes ao novo míssil (que até já se chamava "Condor 2"), entre eles a Argentina, o Egito e o Iraque. E o tráfico interessava meia dúzia de empresas italianas e duas dezenas de estrangeiras (alemãs ocidentais, suíças, austríacas, argentinas, etc.).

Como dissemos, porém, o comércio de armas nem sempre suscita tantas complicações.

É o que veremos na primeira parte deste trabalho, dedicada aos vendedores e compradores legalizados.

Numa segunda parte, falaremos das armas que maior sucesso têm conhecido nas mais recentes guerras, conferindo especial e merecido destaque aos mísseis telecomandados.

Finalmente, diremos algo sobre o desarmamento e sobre as difíceis negociações e os complexos problemas por ele ocasionados.

VENDEDORES E COMPRADORES

Periodicamente a imprensa refere-se a relatórios de origens diversas, nos quais se apontam os mais importantes vendedores e compradores de armamento, as quantias gastas, as tendências do mercado e suas razões de ser, etc.

Claro que esses relatórios diferem uns dos outros, às vezes substancialmente, até porque nem todas as compras são tornadas públicas e, além disso, não incluem os mesmos arma-

mentos. Assim, um relatório norte-americano publicado no princípio de 1988 dizia que, no ano anterior, o mundo gastaria em armamentos nada menos de 930.000 milhões de dólares (cerca de 400 milhões de contos por dia!). Um outro relatório, publicado em Estocolmo e financiado pelo parlamento sueco, dizia que no mesmo ano, 1987, os gastos armamentistas tinham sido de 40.000 milhões de dólares.

A diferença é enorme. Seguiremos os dados do relatório sueco que se referem apenas a armamento convencional.

Segundo parece, o comércio mundial de armas em 1984, 85, 86 e 88 atingiu cerca de 34.000 milhões de dólares por ano, ou seja, uns 2.830 milhões por mês ou, ainda, mais de 94 milhões de dólares por dia. Em dinheiro português, serão mais de 15 milhões de contos por dia!

No entanto, 1988 marcou boa descida em relação a 1987 pois, como vimos, neste ano venderam-se perto de 40.000 milhões de dólares em armas, isto é, quase 18 milhões de contos por dia!

Os países vendedores de armas

De acordo com os dados da Agência de Controle de Armas norte-americana, as vendas de armamento, entre 1984 e 1986, baixaram em cerca de 16 bilhões de dólares. Em 1984,

venderam-se 50 bilhões de dólares de armas. Em 1985, cerca de 42 bilhões e, em 1986, uns 34 bilhões.

Esses dados condizem com os indicados atrás, tendo havido um aumento em 1987 (para 40 bilhões de dólares) e nova descida em 1988 (para 34 bilhões).

O Médio Oriente teve grande influência nessas flutuações, devido,

não só à guerra Irã-Iraque, mas também à situação no Líbano.

Como se vê no quadro abaixo (em milhões de dólares), os três principais produtores-exportadores de armas são, por esta ordem, a Rússia, os Estados Unidos e a França, com cerca de 75% do total. Todos têm diminuído suas vendas desde 1986.

| Maiores exportadores | VENDAS | | | % do total | Total de vendas entre 84 e 88 |
|----------------------|--------|--------|--------|------------|-------------------------------|
| | 1986 | 1987 | 1988 | | |
| Rússia..... | 15.600 | 15.050 | 12.770 | 38 | 63.800 |
| E. Unidos..... | 12.300 | 12.220 | 9.370 | 28 | 50.300 |
| França..... | 4.600 | 3.070 | 2.880 | 9 | 17.980 |

Embora as armas russas circulem por todo o mundo, os seus melhores clientes nos últimos anos têm sido a Coreia do Norte, o Iraque (47% do seu armamento total em 1988, o Afeganistão (com o seu armamento totalmente russificado), Cuba (incluindo os seus expedicionários em Angola e na Etiópia), Síria, Nicarágua, Angola, Líbia, países do Pacto de Varsóvia, movimentos rebeldes da América Central e do Sul, Vietnam, Etiópia, Somália, etc.

Os clientes dos Estados Unidos também são muito numerosos, encontrando-se, entre eles, a Coreia do Sul, Filipinas, Somália, os "contras" da Nicarágua, outros países da América Central e do Sul, Indonésia, Arábia Saudita, Formosa,

rebeldes do Afeganistão, Zaire, etc.

A França fornece armamento a muitas das suas antigas colônias (armou totalmente o Tchad na sua guerra contra a Líbia), à Argentina, à Jordânia, ao Iraque, etc. Metade das exportações francesas em 1988 foram para a Índia, Iraque e Arábia Saudita.

A seguir a esses três "grandes", vem um grupo de outros três que inclui a Grã-Bretanha, a China e a Alemanha Ocidental, como se verifica do quadro seguinte:

| Exportadores | VENDAS | | Total de vendas entre 84/88 |
|-------------------|--------|-------|-----------------------------|
| | 1987 | 1988 | |
| Grã-Bretanha..... | 1.850 | 1.590 | 8.800 |
| China..... | 2.190 | 2.010 | 7.850 |
| Alemanha Ocid.... | 720 | 1.460 | 6.760 |

Para já, note-se que a Alemanha foi o único dos três que aumentou as suas vendas, e para mais do dobro do seu valor. Em 1986, havia vendido 625 milhões de dólares em armas. Cerca de 30% das exportações alemãs, em 1988, foram para a Argentina, incluindo o excelente tanque "Leopard".

Repare-se que, entre 1984 e 1988, a Grã-Bretanha vendeu mais do que a China. Mas, em 1987 e 1988, as suas vendas foram sensivelmente inferiores às da China, situação que se deve alterar em breve, com o "contrato do século": a venda à Arábia Saudita de armamento avaliado em 30 bilhões de dólares (o chamado Programa Al Yamamah). Em 1988, cerca de 60% das exportações inglesas foram para a Indonésia, Nigéria, Oman e Arábia Saudita.

A China foi dos países que mais lucraram com a guerra Irã-Iraque, tendo, só nos três primeiros anos do conflito, vendido aos dois contendores mais armamento do que todo o exportado nos 25 anos anteriores. Cerca de 50% do armamento utilizado pelo Irã era chinês (recorem-se os mísseis "Sikworm"), sendo o resto quase todo americano, ainda do tempo do Xá. Vendeu armas também à Arábia Saudita (os mísseis), ao Iraque, ao Paquistão, etc. E concordou em fornecer ao Brasil tecnologia para construir mísseis de longo alcance para lançamento de satélites.

Em 1986, a China tinha vendido apenas 575 milhões de dólares em armamento.

Os nove produtores que vêm a seguir raramente têm ultrapassado os 500 milhões de dólares por ano, embora sejam de destacar as exportações (já tradicionais da Tchecoslováquia e Itália, além do aumento de vendas, em 1988, da Holanda, da Suécia, da Itália, do Egito e da Espanha. Deste modo, os últimos cinco países foram os únicos que aumentaram o seu comércio de armas em relação a 1987. Pelo contrário, a baixa de vendas de Israel e do Canadá foram muito sensíveis.

| Exportadores | VENDAS | | Total de vendas entre 84/88 |
|--------------------|--------|------|-----------------------------|
| | 1987 | 1988 | |
| Tchecoslováquia... | 570 | 400 | 2.670 |
| Itália..... | 380 | 400 | 2.640 |
| Suécia..... | 470 | 530 | 1.570 |
| Brasil..... | 480 | 360 | 1.470 |
| Holanda..... | 360 | 760 | 1.450 |
| Israel..... | 460 | 190 | 1.370 |
| Canadá..... | 390 | 70 | 1.170 |
| Espanha..... | 140 | 210 | 1.140 |
| Egito..... | 200 | 230 | 950 |

A guerra Irã-Iraque tornou o Brasil e o Egito grandes fornecedores de armamento. Aliás, o Brasil tem ainda diversos contratos com o Iraque e vendeu armas à Líbia e veículos militares a Angola e à Arábia Saudita. É o maior exportador entre os países do Terceiro Mundo (com a China).

Por seu lado, a Tchecoslováquia, com 1.400 milhões em 1986, e a Itália, com 975 milhões no mesmo ano, já venderam mais do que em 87-88. Este último país forneceu ao Irã mís-

seis para serem lançados de helicóptero. Vende armas individuais (em especial *Beretta*) a mais de cem países, com destaque para a Arábia Saudita, o Egito e a Indonésia.

A Espanha tem incrementado a sua indústria de defesa, em especial no campo dos pequenos navios de guerra e da aeronáutica ligeira (o *Aviocar*), sendo seus clientes a França, Marrocos, Arábia Saudita, Portugal, etc.

A Índia é uma boa compradora de armamento sueco, em especial da fábrica Bofors.

Além desses 15 principais produtores-vendedores, há diversos outros países que fabricam e exportam armamento. O total das suas exportações foi de 1060 milhões de dólares, em 1987, cerca de 770 milhões, em 1988, e 4650 milhões, no total do período entre 1984 e 1988.

Devemos destacar a Alemanha Oriental que, em 1986, vendeu 550 milhões de dólares em armamento.

Os países compradores de armas

Praticamente todos os países compram armas, até mesmo alguns dos que também as produzem, como a Espanha, a Tchecoslováquia, o Canadá, o Egito, os Estados Unidos (aos outros países da OTAN), a Rússia (a alguns países do Pacto de Varsóvia), etc.

Mas só a Rússia e os Estados Unidos apresentam saldo comercial positivo.

Destacam-se os seguintes oito compradores (em milhões de dólares):

| Importadores | COMPRAS | | Total de compras entre 84/88 |
|-------------------|---------|-------|------------------------------|
| | 1987 | 1988 | |
| Iraque | 4.630 | 2.340 | 16.050 |
| Índia | 5.050 | 3.380 | 14.270 |
| Arábia Saudita... | 2.220 | 2.070 | 9.290 |
| Japão | 1.620 | 1.670 | 8.190 |
| Egito | 2.340 | 350 | 8.000 |
| Síria | 1.170 | 1.130 | 7.110 |
| Tchecoslováquia. | 1.230 | 820 | 5.800 |
| Coreia do Sul.... | 790 | 2.170 | 5.770 |

Desses 8 países, só o Japão e a Coreia do Sul aumentaram as suas compras em 1988 o que, no primeiro caso, se deve à pressão ocidental para que o governo de Tóquio gaste mais em armamento (para que a sua economia deixe de ser tão agressiva).

Por seu lado, a Tchecoslováquia, em 1988, vendeu 400 milhões de dólares em armas, mas comprou 820 milhões. O Egito vendeu 230 milhões e comprou 350.

O Iraque, principal comprador, parece estar armando as forças do General Michel Aoun, chefe do governo militar cristão do Líbano.

Os restantes sete países compradores, a que fazemos referência nominal, têm uma quota bastante aproximada:

| Importadores | COMPRAS | | Total de compras entre 84/88 |
|-----------------|---------|-------|------------------------------|
| | 1987 | 1988 | |
| Angola | 1.140 | 890 | 4.391 |
| Turquia | 1.100 | 1.090 | 3.980 |
| Espanha | 1.450 | 1.360 | 3.921 |
| Polónia | 950 | 880 | 3.560 |
| Irã | 800 | 660 | 3.350 |
| Paquistão | 560 | 860 | 3.350 |
| Canadá | 680 | 510 | 3.350 |

Desses países, só o Paquistão aumentou as suas compras em 1988.

Repare-se que a Espanha, em 1988, vendeu 210 milhões de dólares em armas, mas comprou 1360 milhões. E o Canadá vendeu 70 milhões e comprou 510 milhões.

É de notar que esses 15 países nomeados compraram entre 1984 e 1988, cerca de 100.000 milhões de dólares de armamento (uns 20.000 milhões só em 1988). Mas todos os outros que não foram nomeados e que pertencem, em geral, ao Terceiro Mundo, gastaram mais de 74.000 milhões, sendo cerca de 14.000 milhões só em 1988.

Globalmente, os países do Terceiro Mundo compraram, em 1984, cerca de 68% do total e, em 1988, apenas 61%. De fato, os gastos militares do Terceiro Mundo baixaram desde 1985, ano em que o decréscimo foi de 2%. Em 1986, menos 5,8%. Em 1987, menos 9,1%.

Essa baixa deve-se, não só às dificuldades econômico-sociais, mas também à saturação do mercado interno devido às compras feitas no intervalo dos dois anos. O Médio Oriente, por exemplo, foi, em 1987, o maior comprador de armas: duas vezes o que a Europa comprou e cinco vezes as compras da América Latina. Esta região, já entre 1981 e 1984, aumentara constantemente as suas compras de armas, tal como o fizeram quase todos os países em vias de desenvolvimento.

Outras razões para a baixa foram a queda do preço do petróleo, o de-

sanuviamento político internacional a partir de 1985, o preço cada vez mais elevado do armamento e a sua crescente sofisticação que contribui para se tornar rapidamente obsoleto.

No entanto, houve aumentos em países como a Coreia do Norte e outros aqui não especificados.

Por seu lado, a modernização do armamento em países da OTAN, como a Grécia, a Espanha e a Turquia, obrigaram a maiores compras, entre 1984 e 1988.

De qualquer forma, à baixa do comércio de armas correspondeu, como era de esperar, uma diminuição nos efetivos militares e nos gastos militares globais.

Quanto aos efetivos, um relatório norte-americano diz que, em 1987, havia 29,1 milhões de pessoas nas Forças Armadas do mundo, o que era ligeiramente inferior a 1986. E acrescenta que 15 dos mais numerosos exércitos do mundo eram de países em desenvolvimento, incluindo a China, Índia, Vietnam, Iraque, Turquia, Coreia do Norte, Irã, Coreia do Sul e Paquistão.

No que se refere aos gastos militares globais, a Rússia teria ultrapassado todos em 1987, com 303.000 milhões de dólares. Nesse ano, as despesas dos Estados Unidos atingiram 296.000 milhões de dólares. A seguir vinham a França, a Alemanha Ocidental e a Grã-Bretanha. O Japão, apesar das restrições impostas pela sua própria Constituição, passara de 10º a 6º maior consumidor.

Talvez seja surpreendente a po-

sição da Arábia Saudita, país de apenas 11 milhões de habitantes que, sem estar nem ter estado em guerra, aparece colocado em 3º lugar na lista dos compradores de armas, com cerca de 2 bilhões de dólares por ano, pagos à Grã-Bretanha, Estados Unidos, França, China, Brasil, Itália, Espanha, etc.

Isto sem contar com as dispendiosas encomendas que mantém, em especial com a Grã-Bretanha (o tal programa Al Yamamah), a China (mísseis balísticos de alcance médio, sobretudo), com os Estados Unidos (mais 38 caças F-15, para juntar aos 62 que já tem) e com a França (mísseis "Mistral" e componentes para as fragatas porta-helicópteros).

Notável é também a Líbia (apenas 4 milhões de habitantes) que está comprando armas à Rússia (15 bombardeiros "SU-25" e vários "Ilyushin 76" transformados em aviões cisternas), à França, à Itália, ao Brasil, à Espanha, à Alemanha Oriental, etc.

A Líbia é considerada um bom comprador, pois, graças ao seu petróleo, paga a pronto e em divisas estrangeiras.

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO ARMAMENTO CONVENCIONAL MODERNO

Os conflitos mais recentes, como as guerras israelo-árabes, o Vietnã, a guerra Líbia-Tchad, a guerra Etiópia-Somália, as Malvinas e o Afeg-

anistão, confirmaram a continuação da importância dos carros de combate e da aviação, e a crescente valorização dos helicópteros e, em especial, dos mísseis telecomandados.

O maior desgaste deixou de ser humano para ser material. Na última guerra israelo-árabe, a de 1973, em apenas três semanas, Israel perdeu 800 dos seus 1700 carros de combate, e a Síria e o Egito viram destruídos 2000 dos seus 4000 tanques. Mais recentemente, na guerra Líbia-Tchad, no princípio de 1987, a Líbia perdeu 400 blindados em poucos dias, numa luta quase exclusiva entre o míssil portátil e o carro de combate.

Este enorme desgaste material tornou as guerras caríssimas, tanto mais que a contínua sofisticação do armamento impede a manutenção de grandes estoques. O material depressa se torna obsoleto e necessita ser substituído por outro cada vez mais caro.

Isso não acontece apenas nas guerras convencionais entre países. Sucede também em guerras de guerrilhas. O caso do Afeganistão é típico. Conforme declarou em meados de 1989 o Primeiro-Ministro soviético Nicolai Ryjkov, a guerra do Afeganistão custara à Rússia mais de 45.000 milhões de rublos (mais de 7500 milhões de contos). E, no entanto, os russos combateram guerrilheiros que até estavam muito mal armados.

O Presidente Gorbachev dissera, um mês antes, que a guerra do Afeganistão obrigara a mobilizar mais de um milhão de soldados, dos quais ha-

viam morrido 13.310, ficado feridos 35.478 e tendo desaparecido 311. Como a guerra durou quase dez anos, de abril de 1979 a fevereiro de 1989, a média anual de baixas humanas não chega a 5000.

É curioso que algumas armas soviéticas apreendidas pelos Mujahidines foram disputadas quase em leilão por agentes ocidentais. A espingarda "AK-47" valia em geral mil dólares, os mísseis ar-terra 6 a 7000 e os "jeeps" 16 mil. Mais caro foi porém um carro de combate T-62, muito disputado por causa do seu excelente radar. Valeu 135.000 dólares.

São várias as razões que determinaram a retirada russa do Afeganistão: o estado da economia interna russa, a nova política de Gorbachev, o reconhecimento da impossibilidade de ganhar militarmente a guerra, etc.

Esta última, porém, é muito importante e está a internacionalizar-se desde a guerra do Vietnam. Também em Angola, em Moçambique, no Sudão, na Etiópia e na Nicarágua, pelo menos, se verificou a impossibilidade de ganhar militarmente as guerras locais, todas conduzidas pelos governos vigentes contra rebeldes armados do exterior.

É fato que as guerras de guerrilhas sempre têm sido difíceis de combater, só se conhecendo dois exemplos vitoriosos: os da Malásia e do Quênia (contra os Mau-Mau), ambas concluídas com êxito pelos ingleses. Todas as outras ou acabaram devido a golpes políticos, ou ainda se mantêm num impasse que, mais tarde ou

mais cedo, levará à negociação.

Sob o ponto de vista militar, esse impasse é hoje atribuído, em grande parte, ao papel dos diversos mísseis utilizados pelos rebeldes (e no caso da guerra Líbia-Tchad, pelas próprias forças do governo tchadiano).

Entre os mais conhecidos e que maiores êxitos têm registrado ultimamente, podemos indicar os seguintes:

- **Míssil EXOCET** — de fabricação francesa, é um míssil versátil (ar-mar, mar-mar), guiado por radar, que voa a baixa altitude sobre o mar, a uma velocidade de 300 metros por segundo, penetrando no casco baixo das superestruturas e explodindo em geral na casa das máquinas. Revelou-se na guerra das Malvinas e no Golfo Pérsico, empregados, respectivamente, pela Argentina e pelo Iraque;

- **Míssil SILKWORM** (bicho da seda) — de fabricação chinesa, é de tipo idêntico ao *Exocet* mas menos sofisticado. Mais de 30 países não-beligerantes foram atacados por esses dois tipos de mísseis em águas internacionais do Golfo Pérsico, durante a guerra Irã-Iraque;

- **Míssil MAVERIK** — de fabricação norte-americana, foi disparado dos jatos *Phantom* iranianos. O Irã utilizou também mísseis italianos, que eram lançados de helicópteros com base nas plataformas petrolíferas;

- **Míssil STINGER** — de fabricação norte-americana, é uma arma terra-ar de grande eficácia e fácil manejo, alcançando duas vezes a velocidade do som. Utilizados pelos

rebeldes afegãos, os *Stinger* abateram 90% dos aviões e helicópteros russos e, utilizados pela UNITA, tornaram muito difícil a atuação aérea de angolanos e cubanos;

- **Míssil ARROW** — de fabricação soviética, é uma arma terra-ar portátil e detector de calor, destinado a abater aviões voando baixo. Parece que tem sido utilizado pelos guerrilheiros esquerdistas salvadorenhos, que os receberam do governo sandinista da Nicarágua;

- **Míssil MILAN** — de fabricação francesa, é uma arma anticarro, excepcionalmente precisa, que se revelou em especial na guerra Líbia-Tchad, onde destruiu centenas de blindados líbios. Segundo parece, a França já vendeu 200.000 desses mísseis a 35 países, constando que até os Estados Unidos os querem comprar para a sua Força de Intervenção;

- **Míssil SAM** — de fabricação russa, é um míssil terra-ar que quase todos os grupos de guerrilheiros usaram e usam. Os modelos *SAM-7* e *SAM-9* neutralizaram a superioridade aérea dos sul-vienamitas, em 1974-75, e causaram grandes baixas na aviação israelense, em 1973.

Claro que não são só os mísseis que estão perturbando e condicionando a atual tática militar.

Há diverso outro armamento convencional cuja sofisticação, precisão, poder de fogo ou facilidade de manuseio ficaram notáveis nos últimos conflitos em que intervieram ou estão

intervindo. A lista é grande e, por isso, embora conscientes de muitas falhas, citaremos apenas os seguintes tipos:

- carros de combate russos, com destaque para os modelos *M-62* e *M-72*, já fornecidos aos países do Pacto de Varsóvia, ao Iraque, ao Afeganistão, à Líbia, à Síria, à Etiópia, à Índia, etc. O *M-72* tem uma peça de 125 mm;

- helicópteros de vários tipos, em especial russos, norte-americanos e franceses (estes utilizados nas ex-colônias portuguesas, África do Sul, Tchad, etc.);

- autometralhadoras francesas *AML Panhard*, usadas pelo Tchad, Iraque, etc.;

- peças de artilharia russas, de 130mm, muito usadas no final da guerra do Vietnã, precisas, móveis e de maior alcance que as norte-americanas (cerca de 27 quilômetros);

- lança-granadas anticarro russos, em especial os modelos *RPG-6* e *7*, utilizados nas ex-colônias portuguesas, na Etiópia, no Vietnã e, segundo parece, até pelo *IRA* da Irlanda do Norte;

- bombardeiros russos *Ilyushin* e *Antonov*, bem conhecidos em Angola e na Etiópia, e *Sukhoi-24* e *25*, utilizados na Líbia, Coreia do Norte, Vietnã, etc.;

- caças ingleses *Harrier*, de decolagem vertical, cuja ação na guerra das Malvinas foi muito notada;

- caças russos *MIG*, numa vasta gama, que inclui, entre outros, o 17

(Egito), o 21 (Paquistão), o 23 (Angola, Líbia, Argélia e Iraque), o 29 (Coreia do Norte), etc.;

- caças franceses *MIRAGE*, existentes em numerosos países, entre os quais a África do Sul, Israel, Paquistão, Argentina, Jordânia, Iraque, etc.;

- caças norte-americanos *F-15* e *F-16*;

- caças italianos *G-91*;

- *Órgãos de Estaline*, fabricados já por diversos países;

- espingardas russas *AK-47* e *AKM*, esta mais moderna e com maior alcance;

- espingardas norte-americanas *Armalite*;

- espingardas *G-3*;

- Minas antipessoal e anticarro.

Segundo parece, porém, são os mísseis que mais preocupações estão a dar.

Os Estados Unidos criaram mesmo, em 1987, um Centro de Controle de Tecnologia de Mísseis, destinado a dificultar a proliferação dessas armas. Deste Centro, podem fazer parte os países produtores, desde que se comprometam a limitar a exportação de tecnologia capaz de ser aplicada na fabricação dos mísseis.

A questão não é fácil, tanto mais que os inúmeros países do Terceiro Mundo não hesitam em depauperar ainda mais as respectivas economias só para dispor de mísseis cada vez mais sofisticados. Mísseis esses que podem ser vetores de armas nuclea-

res ou químicas, não se sabendo, caso sejam usados em conflitos regionais, quais as consequências que tal uso possa vir a ter a mais alto nível.

Apenas como exemplo, refira-se que a Índia já possui um míssil balístico de alcance intermédio. E a China vendeu os seus *Silkworms* ao Irã e à Arábia Saudita e forneceu, ao Brasil, tecnologia para construção de mísseis de longo alcance.

Pior será se um dos numerosos grupos terroristas espalhados pelo mundo vier a ter acesso aos mísseis, hipótese que não tem sido excluída e que reforça a necessidade de um controle internacional eficaz.

De qualquer forma, a responsabilidade dos países produtores de mísseis é hoje muito grande, tanto mais que ninguém sabe a quem podem ou não ser vendidos tais mísseis. A França, por exemplo, vende mísseis a 35 países. Alguns deles apoiará ou virá apoiar este ou aquele grupo terrorista? Ou estabelecerá acordos com outros países considerados pouco garantidos no que respeita à segurança internacional?

O DESARMAMENTO E OS SEUS PROBLEMAS

Manteiga ou canhões

Foi a impossibilidade econômica atual de produzir, simultaneamente, "manteiga e canhões" que levou Ronald Reagan e Mikhail Gorbachev a

reunirem-se em Reikiavique, na Islândia, em junho de 1987, para aprovarem a nova política de desarmamento mundial.

Sem dúvida que já havia as negociações SALT sobre desarmamento, realizadas em Viena de Áustria.

Mas, como escreveu o *Economist*, as SALT I demoraram 16 anos para se chegar ao seguinte acordo: a Rússia desmobilizaria 20.000 homens, se os Estados Unidos desmobilizassem 13.000. Ora na Europa, quer a OTAN quer o Pacto de Varsóvia tinham então 3 milhões de homens em armas! De que serviria aquela minúscula redução?

E quanto às SALT II, os Estados Unidos interromperam-nas em 1979, como protesto contra a invasão do Afeganistão pela Rússia.

Aliás, idêntica situação se observou quando, nas conversações Reagan-Gorbachev, em Washington, se decidiu eliminar alguns mísseis. Esta eliminação só representava 3% da totalidade de armas nucleares existentes, tornando-se apenas simbólica.

Foi com a simplicidade e a frontalidade que lhe são habituais, que Gorbachev revelou a verdadeira situação econômica de uma Rússia militar e espacialmente progressiva, mas incapaz de dar aos 280 milhões de soviéticos alimentação, eletrodomésticos, etc., semelhantes aos que os Ocidentais conhecem tão bem. Se o desarmamento é em todo o mundo uma consequência da recessão econômica, na Rússia é uma necessidade vital e urgente.

No princípio de junho de 1989, o Primeiro-Ministro soviético, Nicolai Ryjkov, falando no Congresso de Deputados do Povo, traçou um quadro pessimista da economia russa e disse que o programa para diminuir o déficit orçamental russo incluía uma grande redução das despesas militares até 1995, redução essa que poderia ir até aos 50%. Nessa altura, aquele déficit era oficialmente de 58.000 milhões de dólares, mas poderia atingir, realmente, 160.000 milhões.

Ryjkov revelou, ainda, que o rendimento da exploração petrolífera russa não chegava a cobrir os juros dos empréstimos contraídos no estrangeiro. Note-se que a Rússia extrai anualmente mais de 600 milhões de toneladas de petróleo, produção esta que é a sua principal fonte de divisas (juntamente com a venda de armas). Já anteriormente, em maio de 1989, o próprio Gorbachev dissera que a baixa do preço do petróleo causara ao país, desde 1985, uma perda de divisas equivalente a 60.000 milhões de dólares. E revelara que o orçamento para a Defesa era de 129.000 milhões de dólares (o dos Estados Unidos atingia 292.000 milhões), isto é, menos 35.000 milhões que no ano anterior, e ainda seria reduzido em 14% nos dois anos seguintes (já o foi no orçamento para 1990, anunciado no final de setembro de 1989).

Ainda mais pessimista que Ryjkov foi o economista Nicolai Chemelev que, em 8 de junho de 1989, em pleno

Parlamento, afirmou que a Rússia “enfrentará a ruína econômica se não combater a inflação, a escassez cada vez maior de produtos de consumo e o enorme déficit orçamentário”. Chemelev disse que Ryjkov, apesar do que já dissera, fora otimista. E, no entanto, este já revelara que “havia 40 milhões de soviéticos vivendo abaixo do nível da pobreza”.

1989, a Rússia propôs a sua redução ou até mesmo a sua eliminação. Alemanha concordou e o mesmo ti-

A nova política russa

Mas não foram só as revelações econômicas sobre a Rússia, pronunciadas pelos seus mais altos dirigentes, que surpreenderam o mundo, totalmente desabituaado de ouvir declarações tão pessimistas relativas a um país que, durante décadas, fora considerado um poderoso papão.

A política russa mudara radicalmente e o próprio Gorbachev se encarregou de o dizer, perante a admiração e a desconfiança do Ocidente. Em maio de 1989, o presidente russo afirmou “o caráter inadmissível do uso ou da ameaça do uso da força para fins políticos ou econômicos” e disse que o “respeito à soberania, à independência e à integridade territorial nas relações com os outros Estados devia ser absoluto”, concluindo que “a segurança nacional deve ser garantida, antes de mais, por meios políticos, num processo de desmilitarização, democratização e humanização das relações internacionais”.

Um mês depois, em junho de 1989, Gorbachev visitou a Alemanha Ocidental, onde o atual Chanceler Helmut Kohl parece ser o continuador da política de abertura a Leste iniciada por Willy Brandt e tão criticada àquela altura. No final, uma declaração conjunta reafirmava “o primado dos direitos de cada pessoa” e dizia que “cada povo tem o direito à autodeterminação”. Um jornalista perguntou então, ao porta-voz do Ministério dos Estrangeiros russo, se se poderia realizar um plebiscito na Alemanha Oriental. A resposta foi: “cada país socialista tem o direito de procurar a sua própria via; a União Soviética da Perestroika e da Glasnost não tem a mínima intenção de impor os seus pontos de vista aos outros países socialistas”.

Todas essas declarações (e outras) causaram no Ocidente um misto de surpresa, agrado, dúvida, incerteza e estupefação. Durante 70 anos, boa parte do Ocidente recebeu o comunismo. Durante pelo menos 40 anos, temeu o imenso poder militar soviético, aliás concretizado em 1956 na Hungria e em 1968 na Tchecoslováquia, por causa da doutrina Brejnev, segundo a qual cada país comunista não era inteiramente soberano (teoria da independência limitada). E ainda, em 1979, a Rússia invadira o Afeganistão.

De repente tudo parecia diferente.

E o mesmo acontecia na própria Rússia, que durante 45 anos recorreu os seus 22 milhões de mortos da II Guerra Mundial. E que, durante

ainda mais tempo, foi levada a acreditar na inevitável e rápida vitória do socialismo soviético sobre "o decadente capitalismo ocidental" idéia que se manteve firme e dura com Stalin e continuou algum tempo com Krutchev e com Brejnev.

"Mas agora tudo mudou", disse, com simplicidade, Gorbachev na ONU, acrescentando que "os valores humanos devem ter supremacia sobre os interesses de classe".

Assim, aos sentimentos que a nova revolução soviética veio instilar no mundo inteiro (e não só no Ocidente), juntou-se mais um: o da confusão.

Alguns estrategistas ocidentais chegaram a perguntar-se o que seria melhor: se a anterior ameaça soviética sobre a Europa, se a Perestroika/Glasnost de Gorbachev. A primeira tinha sido terrível mas era bem conhecida e tudo estava preparado para a enfrentar. A segunda parecia demasiado boa, demasiado humana para ser sincera.

Curiosa a observação do relatório 1988-89 do Instituto de Estudos Estratégicos inglês: "Há a sensação de que o mundo está mais seguro e este otimismo baseia-se, por exemplo, no fato de ambas as superpotências se aproximarem do ano 2000 com a sua atenção mais centrada na necessidade de melhorar as condições econômico-sociais internas, em vez de persistirem na anterior agressividade armamentista, já que não há meios suficientes para o financiamento simultâneo das duas hipóteses. No entanto, enquanto a anterior ameaça da

União Soviética sobre a Europa Ocidental diminuiu, graças a Gorbachev, a instabilidade na Europa de Leste aumentou." E de forma sensível, acrescentamos nós, ao pensarmos no que se está a passar em diversas repúblicas e territórios soviéticos, como na Estônia, Letônia, Lituânia, Ucrânia, Armênia, Usbequistão, Azerbaijão, Moldávia, etc.

A urgência russa no desarmamento

O certo é que nem Gorbachev nem os atuais dirigentes militares soviéticos se ficaram nas palavras.

Eles exigiram ação, manifestando pressa na desmilitarização e no desarmamento, sendo até os primeiros a propor reduções e, por vezes, até a realizá-las unilateralmente.

Houve quatro razões principais para essas reduções unilaterais:

- levar a OTAN a desarmar também;

- a anterior política militar soviética ter sido reconhecida como excessivamente dispendiosa, além de desnecessária e exagerada quanto à real agressividade da OTAN;

- a Perestroika exigir cada vez maiores despesas econômicas e sociais internas, as quais só podem ser encontradas na redução dos armamentos. "Os soviéticos", disse um dos seus dirigentes máximos, "estão fartos das filas para adquirirem ali-

mentos e para comprarem máquinas muitas vezes antiquadas”;

- existir agora maior confiança entre os países dos dois pactos europeus.

Claro que a urgência posta por Gorbachev no desarmamento geral, não deixou de causar perturbação no Ocidente.

O caso dos mísseis nucleares de curto alcance é típico: em maio de 1989, a Rússia propôs a sua redução ou até mesmo a sua eliminação. A Alemanha concordou e o mesmo fizeram a Espanha, a Bélgica, a Dinamarca, a Grécia, a Noruega e a Itália. Mas o presidente Mitterrand “nem quis ouvir falar nisso”, opinião aliás partilhada pela Grã-Bretanha e pelos Estados Unidos. O Ministro da Defesa britânico até defendeu a necessidade da modernização daqueles mísseis como parte integrante do sistema dissuasor da OTAN.

Assim, o desarmamento proposto pela Rússia, bem acolhido na Alemanha e em outros países da OTAN, foi objeto de desconfiança ou de recusa na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos e na França (que, aliás, desde 1965, não faz parte da estrutura militar da OTAN, dispondo de um sistema autónomo de defesa). Isto é, o desarmamento proposto fez mais desavenças na OTAN que o anterior armamento...

Claro que tudo se recompôs depois.

Outro exemplo curioso é o do armamento convencional.

No princípio de março de 1989, começaram, em Viena, novas conver-

sações, com a presença de 23 delegações da OTAN e do Pacto de Varsóvia. Os russos começaram logo por declarar que, até o final do ano, retirariam *unilateralmente*, da Europa Oriental, mais de 20.000 homens, 2700 tanques e 300 caças. Dentro de 2 anos, retirariam, da Alemanha Oriental, da Tchecoslováquia e da Hungria, 50.000 homens e 5300 tanques, além de reduzirem as suas próprias forças na Rússia europeia em 240.000 homens, 10.000 tanques, 8500 peças de artilharia e 820 caças.

Outros países do Pacto de Varsóvia anunciaram também reduções na mesma altura. A República Democrática Alemã, simbolicamente, anunciou a retirada do 8.º Regimento de tanques que guarnecia o “muro de Berlim”. No total, o Pacto reduziria 296.000 homens, 12000 tanques, 9130 peças de artilharia e 930 caças.

Tudo unilateralmente.

A teoria da defesa suficiente

Foi a visita do presidente Bush à Europa, no final de maio de 1989, que quebrou a até aí constante iniciativa desarmamentista de Gorbachev.

Na reunião da OTAN que então teve lugar em Bruxelas, Bush propôs a retirada e destruição, dos dois lados, de dezenas de milhares de sistemas de armamento e a redução, fora das respectivas fronteiras, dos efetivos militares para 275.000 homens de cada lado. A aceitar esta redução,

a Rússia teria de retirar 325.000 homens da Europa de Leste.

O presidente norte-americano propôs, ainda, a aceleração das conversações de Viena sobre armas convencionais, por forma ao respectivo acordo poder ser concretizado em 1992 (e não em 1997 como Gorbachev propusera e já então parecia impossível de conseguir).

A nova estratégia para o desarmamento proposta por Bush, logo denominada "Teoria da Defesa Suficiente", apontava para a redução militar como base de uma garantia real de paz na Europa. A declaração final da reunião sugeria mesmo uma nova ordem política, onde a estratégia da dissuasão seria baseada, não no *maior* armamento possível (como fora até então), mas fim no *menor* possível.

Esta "teoria da defesa suficiente" só seria viável, dizia ainda a declaração final da cimeira da OTAN, graças à melhoria das relações e ao desenvolvimento progressivo das estruturas de cooperação entre Leste e Oeste, por forma a conseguir-se uma Europa como um continente não dividido, onde as forças armadas só existissem para impedir a guerra e para garantir a legítima defesa, e onde os direitos de todos os indivíduos, incluindo a opção política, seriam devidamente protegidos.

Note-se a preocupação de Bush com a Europa, fundamental em todas as modernas teorias estratégicas norte-americanas, para as quais o velho continente continua a constituir

o problema de defesa mais complexo, seja qual for o aspecto que se considere: político, militar ou económico.

George Bush não só reafirmara a sua capacidade política pessoal, como recuperara a iniciativa que Gorbachev detivera até então, transferindo-a para os europeus e para a OTAN.

Mas foi já sem surpresa que o mundo ouviu Gorbachev responder que as propostas de Bush eram "um passo sério dado na boa direção". Se Bush causara admiração, Gorbachev confirmara ser um político extremamente astuto.

Reparos de prudência

Claro que as propostas de Bush não fizeram suspender as negociações e os estudos em curso, embora se possa admitir que os influenciaram.

Aliás, o ímpeto desarmamentista do presidente norte-americano, como não podia (nem devia) deixar de ser, mereceu, por vezes, alguns reparos prudentes.

Assim, na sua reunião de 8 de junho de 1989, os ministros da Defesa dos países da OTAN, embora saudando as reformas económicas e políticas da Europa de Leste, referiram-se ao desequilíbrio militar existente a favor do Pacto de Varsóvia e afirmaram não haver ainda provas significativas das reduções anunciadas nas forças soviéticas. Por isso, disseram, a OTAN devia manter uma defesa forte e coesa.

Por sua vez, um relatório militar norte-americano, tornado público na primeira metade de junho de 1989, referia que “as armas nucleares estratégicas, tanto americanas como soviéticas, continuavam a cumprir o seu papel dissuasor, embora o Pacto de Varsóvia tivesse vantagem em relação à OTAN quanto às armas químicas, às armas anti-satélite e às forças especiais, além do seu armamento convencional ser muito superior ao que seria necessário para a defesa dos seus países membros”.

No referente às armas químicas, a supremacia da Rússia era enorme, sendo total quanto às armas anti-satélite e suas estruturas de apoio que os Estados Unidos ainda não possuíam. Quanto às forças especiais (comandos, grupos de infiltração etc.), o Pacto de Varsóvia “teria pessoal altamente qualificado, politicamente leal, inteligente e bem treinado, tendo acesso fácil ao Ocidental — o que lhe permite manter uma grande capacidade de intervenção”.

Por isso, dizia o relatório que estamos a citar, era necessária muita prudência por parte da OTAN, “tanto mais que continua a haver incerteza na política interna russa e na obediência soviética à nova teoria estratégica da defesa suficiente”.

Aliás os russos não negavam a sua superioridade em certos tipos de armamento. Ainda em maio de 1989, o marechal Sergei Akhornev, acesor de Gorbachev, admitia que o Pacto de Varsóvia tinha doze vezes mais mísseis táticos com alcance até

500 quilômetros, e mais 1500 mísseis nucleares de curto alcance.

Negociações complexas

Sobre as armas químicas

As negociações sobre as armas químicas (“bárbaras”, como lhes chamou o ministro soviético Chevardenadze), foram talvez as que progrediram mais depressa.

Como se sabe, estas armas foram usadas na recente guerra Irã-Iraque, não estando esclarecido o seu emprego em Angola e na Etiópia. Mas tanto a Rússia como os Estados Unidos receiam o seu uso. O delegado soviético às negociações de Genebra, em julho de 1989, afirmou mesmo “que se desenvolve uma assustadora tendência para a proliferação de tais armas”. E os Estados Unidos, como dissemos ao princípio, estiveram quase a bombardear a fábrica química que Kadafi estava a construir no centro da Líbia.

A insistência russa no desarmamento químico é até curiosa, sabendo-se como se sabe que a Rússia detém o maior arsenal de armas químicas do mundo: entre 100.000 e 300.000 toneladas, contra 20.000 dos norte-americanos, incluindo as modernas “armas binárias” compostas por dois produtos químicos que só são letais quando misturados.

De qualquer maneira, as armas químicas constituem uma ameaça quase tão terrível como as nucleares,

não só pelos seus efeitos horrorosos, mas também porque são muito mais fáceis e baratas de construir. Julga-se que no chamado Terceiro Mundo, pelo menos o Iraque, o Irã, a Coréia do Norte, a Etiópia, a Síria e a Líbia poderão construí-las (ou já as construíram). E um ou outro dos principais grupos terroristas apoiados por aqueles Estados também as pode fabricar ou utilizar, com resultados trágicos mas com relativa impunidade.

Foi pois com alívio que, no final de setembro de 1989, o mundo ouviu o presidente Bush anunciar na ONU que o seu país destruiria, para já, 80% das suas armas químicas se a Rússia fizesse o mesmo; que chegaria aos 98%, se se conseguisse assinar um tratado internacional sobre o assunto; e que os 2% restantes, isto é, a eliminação total, seriam destruídos nos próximos dois anos desde que todos os países potencialmente produtores destas armas assinassem aquele tratado. Tudo isto, é claro, devidamente fiscalizado.

A resposta de Chevardnadze não se fez esperar. Logo no dia seguinte, ao fazer o seu discurso na ONU, classificou de "muito positivas" as propostas de Bush. E para confirmar a vontade da Rússia em desarmar, declarou que o seu país estava pronto a eliminar *todas* as armas químicas, antes mesmo de ser conseguido um tratado internacional, desde que os Estados Unidos fizessem o mesmo. Bush, porém, considerou necessária a assinatura prévia do tratado, pois são cada vez mais os Estados capa-

zes de produzir tais armas.

Claro que esta eliminação não inclui os gases lacrimogêneos, considerados de emprego civil para a manutenção da ordem. Julgamos, porém, que inclui os desfolhantes químicos, tão usados no Vietnam.

Sobre as armas nucleares

Quanto às armas nucleares, a complexidade da sua eliminação é muito superior à das armas químicas.

Mas a tendência é para isso e o primeiro passo foi dado em 1987 por Reagan e Gorbachev, na sua reunião de Washington. Nessa altura, a redução foi simbólica, como dissemos.

No que se refere ao armamento nuclear estratégico (mísseis móveis e fixos, mísseis de cruzeiro, defesa espacial, etc., tudo de alcance superior a 5500 quilômetros), as negociações têm decorrido em Genebra entre delegações russas e norte-americanas. A 10ª sessão foi interrompida em dezembro de 1988, após 4 anos de negociações START, e a 11ª sessão começou em junho de 1989, mostrando a delegação americana a prudência atrás referida. Mas a delegação russa declarou logo querer uma redução de 50% nas armas estratégicas, exigindo, no entanto, "um estrito respeito pelo tratado ABM sobre mísseis antimísseis".

Era a questão da "Guerra das Estrelas" que fazia manter o desacordo neste campo, pois os americanos recusavam-se (e recusam-se) a abdicar do seu projeto SDI (Iniciativa de Defesa Estratégica ou Guerra das Es-

trelas) que os russos temem, especialmente porque a sua economia não lhes permite desenvolver projeto semelhante.

Por isso a Rússia considerava a SDI como "o resultado da interpretação abusiva do tratado ABM", enquanto os americanos diziam que a Rússia fora a primeira a não respeitar aquele tratado, pois mantinha em funcionamento o seu radar gigante de Krasnoïarsk, na Sibéria.

Entretanto, o Congresso dos próprios Estados Unidos facilitou as negociações ao cortar parte das verbas necessárias à concretização do projeto...

Decisivo foi, porém, o acordo conseguido já no final de setembro de 1989, na reunião entre o Secretário de Estado James Baker e o ministro Chevardnadze. A Rússia decidiu não continuar a exigir que os americanos desistissem da SDI como condição básica para a assinatura do tratado sobre redução de armas estratégicas (START). Agora já se contenta em que os americanos não passem da fase experimental da SDI.

E, sendo assim, a 12ª sessão das START, iniciada em 28 de setembro de 1989, parece promissora, além de se ter aberto caminho para uma cimeira Bush-Gorbachev.

De gentileza em gentileza, Chevardnadze prometeu desmantelar o radar gigante de Krasnoïarsk, que tanto incomodava os americanos, e Baker aceitou as medidas de verificação do desarmamento propostas

pelo ministro russo (as quais não aceitara anteriormente).

Claro que essas negociações não ficam por aqui, pois é enorme a diversidade dos mísseis a suprimir.

Por exemplo, quanto aos mísseis móveis de cabeças múltiplas (os SS-24 e SS-25), enquanto os americanos querem a sua total proibição, pois ainda não os possuem, os russos já os distribuíram aos seus regimentos na Europa de Leste. Quanto aos mísseis de cruzeiro lançados de terra (GLCM) ou de submarinos e navios de superfície (SLCM), os americanos não querem limitar o seu número enquanto não for inventado um processo eficaz de verificação que permita distinguir os SLCM nucleares dos convencionais. Quanto aos mísseis de cruzeiro lançados de bombardeiros (ALCM), terá que se ver quantos podem ir em cada avião e qual o seu alcance máximo (600km, segundo os russos). E ainda há que negociar a questão dos bombardeiros pesados equipados com armas convencionais, além, é claro, do acordo para a eliminação das armas nucleares de curto alcance na Europa.

Sobre as armas convencionais

Facilmente se compreende que o êxito nas negociações de Genebra, sobre redução ou supressão das armas nucleares, só pode fazer aumentar a importância das armas convencionais e das negociações inerentes, normalmente realizadas em Viena.

Em maio de 1989, em nova reu-

nião, o Pacto de Varsóvia apresentou um documento de trabalho sobre Desarmamento Convencional na Europa (DCE), no qual estabelecia os seguintes limites máximos para cada um dos Pactos: Pessoal — 1.350.000 homens armados; aviões de caça — 1.500; heli-canhões — 1.700; carros de combate — 20.000; peças de artilharia — 24.000; veículos militares e blindados de transporte de pessoal — 28.000.

Essas cifras eram quase metade das realmente existentes três ou quatro anos antes. E eram semelhantes às que a OTAN apresentara havia dois meses.

Em julho e em setembro houve novas negociações, também em Viena, tendo-se tratado, não só da redução das forças convencionais, mas também das manobras militares e da inspeção aos depósitos e fábricas de armamento na Europa, além da verificação da destruição de 93.600 mísseis agora existentes em silos!

Na sessão de julho, os 16 países da OTAN propuseram, ao Pacto de Varsóvia, a criação de um *plafond* de 5.700 aviões de todos os tipos, estacionados de forma permanente em terra, desde o Atlântico aos Urais. Este *plafond* estava de acordo com as propostas de maio anterior, mas era inferior em cerca de 15% aos níveis de então da OTAN, os quais alcançariam 6.700 aviões, incluindo os de treinamento, os em depósito, os de transporte e os de abastecimento em voo.

A OTAN propôs, também, um

plafond de 1900 helicópteros de combate, número ligeiramente superior ao proposto pelo Pacto de Varsóvia em maio anterior.

A verdade é que é muito difícil concretizar números para cada país da OTAN, enquanto o armamento empregue não for uniformizado, e enquanto não forem atribuídas quotas a cada país.

Dificuldades para a indústria armamentista

Talvez haja a tendência para considerar o desarmamento internacional mais fácil de conseguir do que o seu armamento.

Na realidade, já vimos que essa facilidade não existe.

Por um lado, quer o desarmamento nuclear quer o desarmamento convencional englobam diversos escalões e tipos, sobre cada um dos quais incidem negociações complexas, pois não basta desarmar. É preciso também fiscalizar, pois desarmar só de um lado pode ser trágico.

Por outro lado, o desarmamento nos países produtores pode afetar seriamente o desemprego, pois a indústria de armas dá emprego a muita gente.

Este é, por exemplo, o caso dos Estados Unidos, onde a indústria da defesa está em declínio já há quatro anos. A imprensa noticiou que, até ao final de 1989, a Hughes Aircraft,

filial da General Motors, despedirá 6.000 pessoas. A Grumman 2.500. E a Northrop cerca de 3.000. Isto é, a Grumman deixará de fabricar o caça *F-14 Tomcat*, enquanto a Vertol, da Boeing, e a Bell, da Textron, talvez suspendam a produção dos helis *V-22 Osprey*. Acabarão os heli-canhões *Ah-64*, da Douglas, e na Northrop a construção do bombardeiro *B-2* (Stealth), invisível aos radares, será muito reduzida. Mesmo os financiamentos para a "Guerra das Estrelas" (DSI) sofrerão um corte severo (como já sofreram).

Claro que, para evitar esses despedimentos, são utilizados diversos argumentos, na sua maior parte rejeitados pelo Congresso norte-americano. Por exemplo, os grupos de pressão da Boeing e da Textron procuram convencer os congressistas que o *Osprey* tem excelentes aplicações comerciais, pois aterra e descola como um heli mas voa como um avião — o que, salientam, resolveria o problema do congestionamento dos aeroportos civis (problema que o *Harrier* inglês não conseguiu resolver...). Outros procuram influenciar o Congresso a cortar no fator militar humano, mas não no armamento.

Aliás, as empresas atingidas têm tido grandes êxitos comerciais na aviação civil e, por isso, preocupam-se pouco com os cortes do Congresso na indústria da defesa. A Boeing, por exemplo, perdeu 95 milhões de dólares nas vendas militares em 1988, mas teve um lucro global de 820 milhões.

As dificuldades por que possam passar as empresas que trabalham quase só para o Pentágono, como a Lockheed, que vende 86% para o Estado, a Northrop (92%) e a General Dynamics (85%), terão de ser ultrapassadas com uma maior diversificação da produção. Algumas delas já negociaram com outras empresas, até européias, pois o problema do desarmamento afeta igualmente os grandes produtores europeus.

Na França, por exemplo, o programa de 5 anos, aceite em 1987 por socialistas e conservadores, previa a construção de um porta-aviões nuclear (o "Charles De Gaulle", por 30 bilhões de francos), 6 submarinos nucleares (80 bilhões), 1400 carros de combate *Leclerc* e cerca de 300 caças *Rafales* (120 bilhões). Na sua maior parte, este programa foi congelado, pois o presidente Mitterrand dá prioridade à educação, à saúde e à investigação. Daí que os construtores franceses de armamento concordem na necessidade de se unirem aos outros construtores europeus (e americanos), alterando por completo as atuais regras nacionais de produção de armamento.

Refira-se, no entanto, que a variedade e a qualidade das armas soviéticas e norte-americanas, aliadas ao fato de ambas as superpotências terem utilizado a venda de armamento como fator político, lhes garantem predomínio como principais vendedores ao Terceiro Mundo ainda durante muito anos.

CONCLUSÃO

É inegável a atual vontade de desacelerar o crescimento armamentista e, até, de o reduzir o mais possível. Essa vontade nota-se em especial nas grandes potências que, em 1987, detinham três quartos do orçamento militar mundial. Isto é, na Rússia, Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, China e Itália.

É preciso, no entanto, não esquecer o que se passa no Terceiro Mundo onde, no mesmo ano, se gastou 4 vezes mais em armamento do que em saúde ou em educação.

Seria incrível que o desarmamento das grandes potências viesse a tornar um ou mais dos países do Terceiro Mundo perigosos competidores militares (em especial no campo das armas químicas, consideradas como a bomba atômica dos pobres).

Por outro lado, a redução armamentista é devida à recessão econômica que se verifica em todo o mundo, embora com destaque para a Rússia. Todos os Governos responsáveis querem agora que a poupança nos gastos militares seja destinada não só ao incremento das verbas para a saúde, educação, alimentação, etc., mas também a iniciativas ao nível mundial, como a defesa do ambiente, o combate à desertificação e à poluição, a investigação pacífica do espaço, a procura de fontes alternativas de energia, etc.

Só que esse objetivo tem que ser um "conceito global", e não uma

decisão exclusiva das atuais grandes potências.

Dá que os Estados Unidos e a Rússia apareçam agora sempre juntas quando se trata de reduzir tensões ou acabar com conflitos regionais. Ambas pretendem que a "Teoria da Defesa Suficiente" seja aceita por todos os países, e não só pela OTAN e pelo Pacto de Varsóvia. É do seu próprio interesse que assim suceda, pois as ajudas econômicas ao Terceiro Mundo não podem nem devem continuar a ser desviadas para os conflitos regionais.

Algo tem sido conseguido sob este aspecto.

Já em 1988/89, acabaram diversos conflitos que então lavraram simultaneamente. Ou pelo menos foram assinados acordos de cessar-fogo. Aconteceu com as guerras Irã-Iraque, Tchad-Líbia, Etiópia-Somália e Angola-África do Sul. No Afeganistão, a Rússia começou a retirada dos seus 110.000 soldados, terminando-a como fora previsto em fevereiro de 1989. A guerrilha acabou na Namíbia e conheceu sensível decréscimo na América Central, em especial em El Salvador, entre o governo e a Frente Farabundo, e, na Nicarágua, entre o governo de Manágua e os "contras". Na Ásia, os vietnamitas retiraram-se do Camboja, cessaram praticamente os incidentes entre a Índia e o Paquistão, entre o Laos e a Tailândia, enquanto diminuiu a violência no Sri Lanka. Na África, chegou-se quase a um cessar-fogo entre o governo MPLA

e a UNITA, começaram negociações entre a Renamo e o governo de Maputo e vislumbraram-se acordos no Sudão, na Etiópia e na Somália.

Quase se pode dizer que, em 1989, só o conflito Senegal-Mauritânia destoou da tendência geral para a pacificação e para o abrandamento das tensões em todo o mundo. Além do golpe de Estado no Sudão, cujas consequências ainda são pouco claras. E, é claro, da situação interna na China e na própria União Soviética.

Até o complexo problema do *apartheid* parece encaminhar-se para uma solução.

Apesar desta evidente pacificação geral e da inegável tendência atual para um desarmamento global, as grandes potências, com realce para a Rússia, continuam a exigir maior pressão nas negociações.

Além disso, tudo o que respeita à militarização tende agora a diminuir. Já vimos a variedade de assuntos que estão sendo tratados em Genebra (armas nucleares e químicas) e em Viena (armamento convencional, manobras militares, inspeções e verificações, etc.).

Mas há também uma abertura ge-

neralizada para a redução do tempo de serviço militar e para a aceitação, cada vez mais facilitada, dos chamados "objetores de consciência", in-existent apenas alguns anos atrás.

Oxalá essas tendências sejam acolhidas com sinceridade por todos os governantes, em especial pelos da África, onde ainda hoje grassam mais de metade de todos os conflitos existentes no mundo.

Um último reparo: se se conseguir abolir as armas nucleares e as químicas e reduzir os armamentos convencionais nos termos da "Teoria da Defesa Suficiente", assistir-se-á a um incremento da sofisticação das armas autorizadas. E, então, a investigação científica militar, dispendiosa como é, dará novamente às grandes potências um papel primacial na indústria da Defesa.

Isto quer se mantenham ou não os dois grandes blocos militares, pois a Rússia até já admite a sua dissolução, por comum acordo. Tal como concorda com a proibição total dos ensaios nucleares e com o encerramento de todas as bases militares no estrangeiro.

HÉLIO FELGAS é Brigadeiro das Forças Armadas de Portugal.
